



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**  
**Diretoria de Inovação Aberta e Empreendedorismo Tecnológico**

**ERRATA**

Belo Horizonte, 07 de outubro de 2026.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

A Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, no uso de suas atribuições legais, retifica os seguintes itens do edital de chamamento público do Programa Cidades do Futuro, já alterado pela Errata SEI nº 99864541, a fim de compatibilizá-lo com a revisão do Plano de Trabalho do Programa, abaixo especificados.

**ALTERAÇÕES DO EDITAL**

1.

**Onde se lê:**

**Cabeçalho**

Diretoria de Indústria Criativa e Formação Empreendedora

**Leia-se:**

**Cabeçalho**

Diretoria de Inovação Aberta e Empreendedorismo Tecnológico

**Onde se lê:**

2.

**1.1. O ESTADO DE MINAS GERAIS**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS**, localizada na Cidade Administrativa Tancredo Neves, Rod. Prefeito Américo Gianetti, 4001, Bairro Serra Verde, em Belo Horizonte/MG, CEP: 31.630-901, inscrita no CNPJ sob o nº 19.377.514/0001-99, doravante denominada **SEDE**, com fundamento na Lei Federal nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, alterada pela Lei Federal nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016; na Lei Estadual nº 17.348, de 17 de janeiro de 2008, Lei Estadual nº 24.313, de 28 de abril de 2023; nos arts. 2º e 12º do Decreto Estadual nº 48.678 de 30 de agosto de 2023, o Decreto Estadual nº 47.442 de 04 de julho de 2018 e na Lei Federal nº 14.133/2021; torna público o presente **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO** com o intuito de convocar os municípios interessados em estabelecer Acordo de Cooperação Técnica para aderir ao programa "Cidades do Futuro", que tem como objetivo promover o desenvolvimento tecnológico e econômico municipal por meio do incentivo ao amadurecimento dos municípios em inovação.

**Leia-se:**

**1.1. O ESTADO DE MINAS GERAIS**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS**, localizada na Cidade Administrativa Tancredo Neves, Rod. Prefeito Américo

Gianetti, 4001, Bairro Serra Verde, em Belo Horizonte/MG, CEP: 31.630-901, inscrita no CNPJ sob o nº 19.377.514/0001-99, doravante denominada **SEDE**, com fundamento na Lei Federal nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, alterada pela Lei Federal nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016; na Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021; na Lei Estadual nº 17.348, de 17 de janeiro de 2008, Lei Estadual nº 24.313, de 28 de abril de 2023; nos arts. 2º e 12º do Decreto Estadual nº 48.678 de 30 de agosto de 2023, o Decreto Estadual nº 47.442 de 04 de julho de 2018 e na Lei Federal nº 14.133/2021; torna público o presente **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO** com o intuito de convocar os municípios interessados em estabelecer Acordo de Cooperação Técnica para aderir ao programa "Cidades do Futuro", que tem como objetivo promover o desenvolvimento tecnológico e econômico municipal por meio do incentivo ao amadurecimento dos municípios em inovação.

3.

**Onde se lê:**

2.1. A finalidade do presente Edital de Chamamento Público é a seleção de municípios mineiros para a participação no programa "Cidades do Futuro", onde os participantes terão acesso a soluções tecnológicas para a digitalização de serviços e processos, pacote normativo para estímulo local à inovação, apoio para o amadurecimento da maturidade municipal em cidades inteligentes e a assistência para o incentivo ao sistema municipal de inovação. Para isso será formalizado um Acordo de Cooperação Técnica, conforme condições estabelecidas neste Edital.

**Leia-se:**

2.1. A finalidade do presente Edital de Chamamento Público é a seleção de municípios mineiros para a participação no programa "Cidades do Futuro", em que os participantes terão acesso a soluções tecnológicas para a digitalização de serviços e processos, soluções normativas para estímulo local à inovação, apoio para o amadurecimento da maturidade municipal em cidades inteligentes, Diagnóstico de Maturidade Tecnológica e capacitação de servidores municipais. Para tanto, será formalizado um Acordo de Cooperação Técnica, conforme condições estabelecidas neste Edital.

4.

**Onde se lê:**

a) **Pré-operacional:** Objetiva a adesão do município ao programa, a realização de solenidade de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre as partes e a apresentação do cronograma e da metodologia do programa em formato de Aula Magna;

b) **Operacional:** Objetiva a implementação junto a cada município dos pilares relativos ao acesso às soluções tecnológicas para a digitalização de serviços e processos, ao pacote normativo para estímulo local à inovação, ao apoio para o amadurecimento da maturidade municipal em cidades inteligentes ao acesso a um diagnóstico do nível de maturidade em inovação do município e capacitação de servidores municipais para a melhor execução deste programa;

c) **Mensuração:** Objetiva a avaliação dos resultados municipais auferidos devido à etapa operacional.

**Leia-se:**

a) **Pré-operacional:** Objetiva a adesão do município ao programa, mediante a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre as partes, e a apresentação do cronograma e da metodologia do programa, podendo incluir, nos termos dos itens 2.3.1 e 2.3.2, a realização de solenidade de adesão, Aula Magna ou outros eventos institucionais;

b) **Operacional:** Objetiva a implementação junto a cada município dos pilares

relativos ao acesso às soluções tecnológicas para a digitalização de serviços e processos, ao pacote normativo para estímulo local à inovação, ao apoio para o amadurecimento da maturidade municipal em cidades inteligentes, ao Diagnóstico de Maturidade Tecnológica do município e à capacitação de servidores municipais para a melhor execução deste programa;

c ) **Mensuração:** Objetiva o acompanhamento e a avaliação dos resultados decorrentes das ações desenvolvidas durante a fase operacional.

5.

**Onde se lê:**

2.3.1. A **fase Pré-Operacional** consiste em 3 (três) ações, a saber:

III - **Adequação do Plano de Trabalho:** Com o alinhamento de conceitos, as apresentações do cronograma e da metodologia do programa, os pilares da fase Operacional do programa escolhidas e a posição do município na Classificação, o Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica será adequado, com o intuito de representar com maior veracidade os pilares a serem implementados em conjunto.

**Leia-se:**

2.3.1. A **fase Pré-Operacional** pode incluir 3 (três) ações, a saber:

III - **Adequação do Plano de Trabalho:** Com a apresentação da metodologia, das fases e dos instrumentos do programa, por meio de reunião de kick-off, Aula Magna ou outro formato definido pela SEDE, os pilares da fase Operacional do programa escolhidos e a posição do município na Classificação, o Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica será adequado, com o intuito de representar com maior veracidade os pilares a serem implementados em conjunto.

6.

**Onde se lê:**

2.3.2. A realização da Aula Magna e da solenidade obedecerá a disponibilidade da SEDE e de seus parceiros

**Leia-se:**

2.3.2. A realização da Aula Magna e da solenidade poderá ocorrer, e, na hipótese, obedecerá à disponibilidade da SEDE, de seus parceiros e à manifestação de interesse do município na realização do evento.

7.

**Onde se lê:**

2.4. A **fase Operacional** só será iniciada a partir da conclusão da etapa anterior, seguindo a ordem da classificação dos municípios, conforme item 6.1.2. e consiste em 5 (cinco) pilares essenciais a serem executadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e/ou parceiros, quais sejam:

IV - **Diagnóstico do nível de maturidade tecnológica do município:** Apresentação de diagnóstico do sistema municipal de inovação e orientação sobre ações que apoiem o desenvolvimento e a atração de empresas de tecnologia e centros de inovação para o município, incentivando a diversificação econômica local; e

**Leia-se:**

2.4. A **fase Operacional** será iniciada após a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica e a apresentação inicial do programa, independentemente da realização da Solenidade de Adesão e da Aula Magna, seguindo a ordem da classificação dos

municípios, conforme item 6.1.2. e consiste em 5 (cinco) pilares essenciais a serem executadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e/ou parceiros, quais sejam:

**IV - Diagnóstico de Maturidade Tecnológica:** Realização de diagnóstico do nível de maturidade tecnológica do município, com avaliação de indicadores relacionados à gestão pública, à inovação e à transformação digital, acompanhado de orientações e recomendações para o aprimoramento da capacidade institucional e para o planejamento de ações estratégicas voltadas ao desenvolvimento tecnológico municipal.

8.

**Onde se lê:**

2.5. A fase Mensuração será iniciada 6 (seis) meses após o início da fase Operacional e tem o objetivo de avaliar os resultados municipais auferidos a partir da execução do Plano de Trabalho.

**Leia-se:**

2.5. A fase Mensuração será iniciada após o início da fase Operacional e tem o objetivo de avaliar os resultados municipais auferidos a partir da execução do Plano de Trabalho.

9.

**Onde se lê:**

3.1. O Acordo de Cooperação Técnica terá por objeto: Implementação do programa "Cidades do Futuro" junto ao município, por meio do acesso a soluções tecnológicas para a digitalização de serviços e processos, ao pacote normativo para estímulo local à inovação, do apoio para o amadurecimento da maturidade municipal em cidades inteligentes ao acesso a um diagnóstico do nível de maturidade em inovação do município e capacitação de servidores municipais para a melhor execução deste programa;

**Leia-se:**

3.1. O Acordo de Cooperação Técnica terá por objeto: Implementação do programa "Cidades do Futuro" junto ao município, por meio do acesso a soluções tecnológicas para a digitalização de serviços e processos, ao pacote normativo para estímulo local à inovação, do apoio para o amadurecimento da maturidade municipal em cidades inteligentes, da elaboração de Diagnóstico de Maturidade Tecnológica e da capacitação de servidores municipais;

10.

**Onde se lê:**

5.2. No ato da inscrição via Formulário Eletrônico, o município deverá cadastrar os seguintes documentos e informações:

I - Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - Cópia de Documento de Identificação com foto, do Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) do prefeito;

III - Cópia do Termo de Posse do(a) Prefeito(a);

IV - Certidão de regularidade fiscal junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

V - Certidão negativa de débitos do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS

VI - Manifestação de Concordância do município em firmar Acordo de Cooperação Técnica e de Autenticidade de Documentos (Anexo II);

VII - Designação de servidores municipais que acompanharão o programa, como estabelecido no item 8.1.5 (Anexo VI);

VIII - Documento (s) que comprove (em) que ao menos um dos servidores designados nos termos do item VIII tenha sido admitido por meio de concurso público, conforme descrito no item 8.1.5.

IX - Quando houver, Lei Municipal que autoriza o Poder Executivo a efetuar contratação de Parceria Público-Privada (PPP);

X - Quando houver, área da estrutura orgânica da Prefeitura (setor, departamento, secretaria) especializada em transformação digital, digitalização, cidades inteligentes ou ciência, tecnologia e inovação;

XI - Quando houver, atos normativos municipais (Leis, Decretos) que disponham acerca da ciência, tecnologia e inovação;

XII - Breve resumo que delinear a situação municipal em relação à inovação e à tecnologia;

XIII - Pilares da fase "Operação" do programa que a prefeitura tem interesse de implementar no município e sua justificativa;

XIV - Informações referentes às ações planejadas pelo município nas áreas de cidades inteligentes, digitalização, transformação digital e ciência, tecnologia e inovação até 2024;

XV - Quando houver, comprovação da adesão no programa "Minas Livre para Crescer";

XVI - Sugestão de data para realização da Solenidade que trata o subitem 2.3.1., em acórdância com o disposto no site [bit.ly/cidadesdofuturosolenidades](http://bit.ly/cidadesdofuturosolenidades).

#### **Leia-se:**

5.2. No ato da inscrição via Formulário Eletrônico, o município deverá cadastrar os seguintes documentos e informações:

I - Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - Cópia de Documento de Identificação com foto, do Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) do prefeito;

III - Cópia do Termo de Posse do(a) Prefeito(a);

IV - Certidão de regularidade fiscal junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

V - Certidão negativa de débitos do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS

VI - Manifestação de Concordância do município em firmar Acordo de Cooperação Técnica e de Autenticidade de Documentos (Anexo II);

VII - Designação de servidores municipais que acompanharão o programa, como estabelecido no item 8.1.5 (Anexo V);

VIII - Documento (s) que comprove (em) que ao menos um dos servidores designados nos termos do item VII tenha sido admitido por meio de concurso público, conforme descrito no item 8.1.5.

IX - Quando houver, área da estrutura orgânica da Prefeitura (setor, departamento, secretaria) especializada em transformação digital, digitalização, cidades inteligentes ou ciência, tecnologia e inovação;

X - Quando houver, comprovação da adesão no programa "Minas Livre para Crescer";

11.

#### **Onde se lê:**

6.1.2.1. A classificação das inscrições irá ordenar o início do acesso dos municípios à fase OPERACIONAL do programa estabelecida no item 3.2 e seguirá os critérios:

#### **Leia-se:**

6.1.2.1. A classificação das inscrições irá ordenar o início do acesso dos municípios

à fase OPERACIONAL do programa estabelecida no item 2.4 e seguirá os critérios:

12.

**Onde se lê:**

8.1.5.1. A designação dos servidores ocorrerá no ato da inscrição e deverá ser acompanhada do ANEXO VI deste edital.

**Leia-se:**

8.1.5.1. A designação dos servidores ocorrerá no ato da inscrição e deverá ser acompanhada do ANEXO V deste edital.

13.

**Onde se lê:**

9.1.1. A assinatura oficial do Acordo de Cooperação será realizada via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), no prazo de até 10 (dez) dias úteis do informe pela SEDE da habilitação da inscrição submetida e mediante a marcação da Solenidade de Adesão ao Programa conforme descrito no item 8.2 deste edital .

**Leia-se:**

9.1.1. A assinatura oficial do Acordo de Cooperação será realizada via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), no prazo de até 10 (dez) dias úteis do informe pela SEDE da habilitação da inscrição submetida.

14.

**Onde se lê:**

11.1. Os Planos de Trabalho serão elaborados de forma colaborativa entre o Estado e o Município Signatário, em cada Acordo de Cooperação estabelecido. Esta elaboração considerará os pilares selecionados pelos municípios, conforme delineado na cláusula 3.3 deste edital, levando em conta as peculiaridades de cada situação específica bem como seguirá as diretrizes do cronograma de ações base constante do Anexo V deste chamamento público.

11.1.1. Os pilares serão iniciados mediante elaboração e assinatura do Plano de Trabalho, após a realização da capacitação constante da cláusula 3.2 deste edital.

**Leia-se:**

11.1. Os Planos de Trabalho serão elaborados de forma colaborativa entre o Estado e o Município Signatário, em cada Acordo de Cooperação estabelecido. Esta elaboração considerará os pilares selecionados pelos municípios, conforme delineado no item 2.4.1 deste edital, levando em conta as peculiaridades de cada situação específica bem como seguirá as diretrizes do cronograma de ações base constante do Anexo IV deste chamamento público.

11.1.1. Os pilares serão iniciados mediante elaboração e assinatura do Plano de Trabalho, não constituindo a capacitação prévia condição para seu início, salvo quando a ação específica dela depender.

#### **ALTERAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL**

15.

**Onde se lê:**

#### **ANEXO I**

#### **INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOLICITADAS NO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO ONLINE**

1. São informações solicitadas no formulário de inscrição online:

1.1. E-mail do respondente

- 1.2. Nome do Respondente
- 1.3. Cargo do Respondente
- 1.4. Celular do Respondente
- 1.5. Qual o nome do consórcio intermunicipal multifinalitário do qual o município faz parte ?
  - 1.5.1. Caso o município não faça parte de nenhum consórcio, preencher com "N/A"
- 1.6. Foi feito o preenchimento do cadastro do município no Simi - Sistema Mineiro de Inovação ?
- 1.7. Código do IBGE do município
  - 1.7.1. INSTRUÇÕES: Para encontrar o código do IBGE do seu município, siga estes passos:
    - I - Acesse o site do IBGE através do link: Códigos dos Municípios - IBGE.
    - II - Nessa página, você encontrará uma lista de todos os municípios brasileiros com seus respectivos códigos do IBGE.
    - III - Localize o seu município na lista e insira o código correspondente neste campo.
2. São documentos exigidos no formulário de inscrição:
  - 2.1. Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
  - 2.2. Cópia de Documento de Identificação com foto, do Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) do prefeito
  - 2.3. Cópia do Termo de Posse do (a) Prefeito (a);
  - 2.4. Certidão de regularidade fiscal junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
  - 2.5. Certidão negativa de débitos do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS
  - 2.6. Manifestação de Concordância do município em firmar Acordo de Cooperação Técnica e de Autenticidade de Documentos (Anexo II);
  - 2.7. Designação de servidores municipais que acompanharão o programa, como estabelecido no item 8.1.5 (Anexo VI);
  - 2.8. Documento (s) que comprove (em) que ao menos um dos servidores designados nos termos do item 8.1.5 do edital, tenha sido admitido por meio de concurso público (Portaria de Nomeação ou Ato oficial; Publicação em Diário Oficial ou Edital de convocação, por exemplo)
  - 2.9. Quando houver, Lei Municipal que autoriza o Poder Executivo a efetuar contratação de Parceria Público-Privada (PPP);
  - 2.10. Quando houver, área da estrutura orgânica da Prefeitura (setor, departamento, secretaria) especializada em transformação digital, digitalização, cidades inteligentes ou ciência, tecnologia e inovação;
  - 2.11. Quando houver, atos normativos municipais (Leis, Decretos) que disponham acerca da ciência, tecnologia e inovação;
  - 2.12. Breve resumo que delineie a situação atual em relação à inovação e tecnologia;
  - 2.13. Indicação dos pilares da fase "Operação" do programa que a prefeitura tem interesse de implementar no município e sua justificativa;
  - 2.14. Informações referentes às ações planejadas pelo município nas áreas de cidades inteligentes, digitalização, transformação digital e ciência, tecnologia e inovação até 2024;
  - 2.15. Declaração de veracidade das informações apresentadas;
  - 2.16. Quando houver, comprovação da adesão no programa "Minas Livre para Crescer";
  - 2.17. Sugestão de data para realização da Solenidade que trata o subitem 2.3.1., em

acordância com o disposto no site [bit.ly/cidadesdofuturosolenidades](http://bit.ly/cidadesdofuturosolenidades).

3. Exceto pelos espaços destinados à inserção dos documentos obrigatórios ou informações especificadas no item 5.2, é viável efetuar adições, modificações ou exclusões em outros campos do formulário disponível no link [bit.ly/cidadesdofuturoinscricao](http://bit.ly/cidadesdofuturoinscricao) para solicitações de informações, apresentação de justificativas ou questões similares, sem prejuízo a este edital.

**Leia-se:**

## **ANEXO I**

### **INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOLICITADAS NO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO ONLINE**

1. São informações solicitadas no formulário de inscrição online:

1.1. E-mail do respondente

1.2. Nome do Respondente

1.3. Cargo do Respondente

1.4. Celular do Respondente

2. São documentos exigidos no formulário de inscrição:

2.1. Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

2.2. Cópia de Documento de Identificação com foto, do Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) do prefeito

2.3. Cópia do Termo de Posse do (a) Prefeito (a);

2.4. Certidão de regularidade fiscal junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

2.5. Certidão negativa de débitos do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS

2.6. Manifestação de Concordância do município em firmar Acordo de Cooperação Técnica e de Autenticidade de Documentos (Anexo II);

2.7. Designação de servidores municipais que acompanharão o programa, como estabelecido no item 8.1.5 (Anexo V);

2.8. Documento (s) que comprove (em) que ao menos um dos servidores designados nos termos do item 8.1.5 do edital, tenha sido admitido por meio de concurso público (Portaria de Nomeação ou Ato oficial; Publicação em Diário Oficial ou Edital de convocação, por exemplo)

2.9. Quando houver, área da estrutura orgânica da Prefeitura (setor, departamento, secretaria) especializada em transformação digital, digitalização, cidades inteligentes ou ciência, tecnologia e inovação;

2.10. Declaração de veracidade das informações apresentadas;

2.11. Quando houver, comprovação da adesão no programa "Minas Livre para Crescer";

3. Exceto pelos espaços destinados à inserção dos documentos obrigatórios ou informações especificadas no item 5.2, é viável efetuar adições, modificações ou exclusões em outros campos do formulário disponível no link [bit.ly/cidadesdofuturoinscricao](http://bit.ly/cidadesdofuturoinscricao) para solicitações de informações, apresentação de justificativas ou questões similares, sem prejuízo a este edital.

16.

### **ALTERAÇÕES DO ANEXO II DO EDITAL**

**Onde se lê:**

Eu, [Nome Completo do Representante Legal], brasileiro(a), [estado civil], [profissão], portador(a) do CPF nº [CPF do Representante] e do RG nº [RG do Representante], residente e domiciliado(a) à [Endereço do Representante], na qualidade de [Cargo do Representante Legal] do Município de [Nome do

Município], CONCORDO e DECLARO, nos termos da Lei Federal 13.019 de 31 de Julho de 2014, a aprovação e adesão ao Acordo de Cooperação Técnica, para integrar o programa "Cidades do Futuro".

**Leia-se:**

Eu, [Nome Completo do Representante Legal], brasileiro(a), [estado civil], [profissão], portador(a) do CPF nº [CPF do Representante] e do RG nº [RG do Representante], residente e domiciliado(a) à [Endereço do Representante], na qualidade de [Cargo do Representante Legal] do Município de [Nome do Município], CONCORDO e DECLARO, nos termos do Edital de Chamamento Público do programa "Cidades do Futuro" e da legislação nele referida, a aprovação e adesão ao Acordo de Cooperação Técnica, para integrar o programa "Cidades do Futuro".

17.

### **ALTERAÇÕES DO ANEXO III DO EDITAL**

**Onde se lê:**

**Ementa**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SEDE), E O MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_ VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CIDADES DO FUTURO JUNTO AO MUNICÍPIO, POR MEIO DO ACESSO A SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA A DIGITALIZAÇÃO DE SERVIÇOS E PROCESSOS, AO PACOTE NORMATIVO PARA ESTÍMULO LOCAL À INOVAÇÃO, DO APOIO PARA O AMADURECIMENTO DA MATURIDADE MUNICIPAL EM CIDADES INTELIGENTES E DA ASSISTÊNCIA PARA O INCENTIVO AO ECOSSISTEMA LOCAL DE INOVAÇÃO.**

**Leia-se:**

**Ementa**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SEDE), E O MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_ VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CIDADES DO FUTURO JUNTO AO MUNICÍPIO, POR MEIO DO ACESSO A SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA A DIGITALIZAÇÃO DE SERVIÇOS E PROCESSOS, AO PACOTE NORMATIVO PARA ESTÍMULO LOCAL À INOVAÇÃO, DO APOIO PARA O AMADURECIMENTO DA MATURIDADE MUNICIPAL EM CIDADES INTELIGENTES, DA ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DE MATURIDADE TECNOLÓGICA E DA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS.**

18.

**Onde se lê:**

**Preâmbulo**

(...) doravante denominado MUNICÍPIO, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, em conformidade com a Lei Federal nº de 1º de abril de 2021 e nos termos abaixo discriminados.

**Leia-se:**

**Preâmbulo**

(...) doravante denominado MUNICÍPIO, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril

de 2021 e nos termos abaixo discriminados.

19.

**Onde se lê:**

**Considerandos**

**Considerando** que SEDE, por intermédio da SUBINOVA e o MUNICÍPIO nutrem o interesse mútuo em compartilhar informações, conhecimentos e experiência em prol do desenvolvimento e da estruturação de projetos de concessão e outras parcerias em infraestrutura, no Estado de Minas Gerais;

**Leia-se:**

**Considerandos**

**Considerando** que a SEDE, por intermédio da SUBINOVA, e o MUNICÍPIO nutrem o interesse mútuo em compartilhar informações, conhecimentos e experiência em prol da inovação, da transformação digital e do desenvolvimento de cidades inteligentes no âmbito municipal;

20.

**Onde se lê:**

2.1. O presente ACORDO tem por objeto a implementação do programa Cidades do Futuro junto ao município, por meio do acesso a soluções tecnológicas para a digitalização de serviços e processos, ao pacote normativo para estímulo local à inovação, do apoio para o amadurecimento da maturidade municipal em cidades inteligentes e da assistência para o incentivo ao ecossistema local de inovação.

**Leia-se:**

2.1. O presente ACORDO tem por objeto a implementação do programa Cidades do Futuro junto ao município, por meio do acesso a soluções tecnológicas para a digitalização de serviços e processos, ao pacote normativo para estímulo local à inovação, do apoio para o amadurecimento da maturidade municipal em cidades inteligentes, da elaboração de Diagnóstico de Maturidade Tecnológica e da capacitação de servidores municipais.

21.

**Onde se lê:**

IV - Diagnóstico do nível de maturidade tecnológica do município; e

**Leia-se:**

IV - Diagnóstico de Maturidade Tecnológica; e

22.

**Onde se lê:**

4.1.1. O plano de trabalho deverá ser desenvolvido seguindo os moldes do anexo IV e o cronograma de ações, ambos do edital de chamamento público do programa Cidades Inteligentes.

**Leia-se:**

4.1.1. O plano de trabalho deverá ser desenvolvido seguindo os moldes do anexo IV e o cronograma de ações, ambos do edital de chamamento público do programa Cidades do Futuro.

23.

**Onde se lê:**

4.2. A elaboração constante do item 4.1, deverá considerar os pilares selecionados pelo município, conforme delineado na cláusula 3.3 do edital, levando em conta as

peculiaridades de cada situação específica bem como seguirá as diretrizes observadas nos anexos IV e V do edital de chamamento público.

4.2.1. Os pilares executados serão iniciados mediante elaboração e assinatura do Plano de Trabalho, após a realização da capacitação constante no item 8 do edital.

**Leia-se:**

4.2. A elaboração constante do item 4.1, deverá considerar os pilares selecionados pelo município, conforme delineado no item 2.4.1 do edital, levando em conta as peculiaridades de cada situação específica bem como seguirá as diretrizes observadas no Anexo IV do edital de chamamento público.

4.2.1. Os pilares executados serão iniciados mediante elaboração e assinatura do Plano de Trabalho, não constituindo a capacitação prévia condição para seu início, salvo quando a ação específica dela depender.

24.

**Onde se lê:**

5.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica reger-se-á pelo disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e legislação correlata.

**Leia-se:**

5.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica reger-se-á pela Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, pela Lei Estadual nº 17.348, de 17 de janeiro de 2008, e pelo Decreto Estadual nº 47.442, de 4 de julho de 2018, aplicando-se a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de forma subsidiária e no que couber.

25.

#### **ALTERAÇÕES DO ANEXO IV DO EDITAL**

**Onde se lê:**

#### **ANEXO IV – PLANO DE TRABALHO BASE**

Redação integral do Anexo IV do edital, com as alterações promovidas pela Errata SEI nº 99864541.

**Leia-se:**

#### **ANEXO IV PLANO DE TRABALHO BASE**

##### **PLANO DE TRABALHO**

#### **1. QUALIFICAÇÃO DAS PARTES**

**Concedente:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – SEDE.

**Proponente:** Prefeitura Municipal de [Município]

#### **2. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA "CIDADES DO FUTURO"**

2.1. O Programa Cidades do Futuro tem como objetivo promover o desenvolvimento tecnológico e econômico municipal, por meio do apoio ao amadurecimento dos municípios em inovação, transformação digital e cidades inteligentes, compreendendo ações de diagnóstico, orientação técnica, desenvolvimento de capacidades institucionais e acesso a instrumentos, serviços e soluções voltados à modernização da gestão pública municipal.

2.2. São objetivos do Programa:

a) apoiar o amadurecimento dos municípios em inovação, transformação digital e cidades inteligentes;

- b) apoiar a digitalização e a modernização dos serviços e processos públicos municipais;
- c) avaliar a maturidade tecnológica municipal e fornecer orientações e recomendações para o aprimoramento da capacidade institucional e para o planejamento de ações estratégicas;
- d) apoiar o acesso dos municípios a serviços, soluções tecnológicas e testes tecnológicos;
- e) disponibilizar orientações, referências, modelos e instrumentos normativos voltados ao estímulo à inovação, à transformação digital e à modernização da gestão pública municipal;
- f) apoiar o desenvolvimento do ambiente municipal de inovação;
- g) fortalecer as capacidades institucionais municipais por meio da disponibilização e divulgação de cursos, conteúdos técnicos e oportunidades de capacitação;
- h) acompanhar os resultados decorrentes das ações executadas no âmbito do Programa.

2.3. A execução do Programa observará as seguintes fases:

**a) Pré-operacional:** objetiva a adesão do Município ao Programa, mediante a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre as partes, e a apresentação do cronograma e da metodologia do Programa, podendo incluir, nos termos do item 2.4, a realização de solenidade de adesão, Aula Magna ou outros eventos institucionais;

**b) Operacional:** Objetiva a implementação junto a cada município dos pilares relativos ao acesso às soluções tecnológicas para a digitalização de serviços e processos, ao pacote normativo para estímulo local à inovação, ao apoio para o amadurecimento da maturidade municipal em cidades inteligentes, ao Diagnóstico de Maturidade Tecnológica do Município e à capacitação de servidores municipais para a melhor execução deste Programa;

**c) Mensuração:** destinada ao acompanhamento e à avaliação dos resultados decorrentes das ações desenvolvidas durante a fase operacional.

2.4. A realização de solenidade de adesão, Aula Magna ou outros eventos institucionais poderá integrar a fase pré-operacional, mediante manifestação de interesse do Município e observada a disponibilidade da SEDE e de seus parceiros, não constituindo condição obrigatória para o início das demais ações do Programa.

2.5. Sem prejuízo da sequência geral das fases previstas no item 2.3, a implementação dos pilares e instrumentos durante a fase operacional poderá ocorrer de forma flexível, considerando os pilares selecionados pelo Município, suas prioridades, necessidades e capacidade de execução, bem como a disponibilidade da SEDE e de seus parceiros.

2.6. A utilização de determinado instrumento não dependerá necessariamente da conclusão dos demais, salvo quando houver relação técnica, administrativa ou operacional que justifique sua execução prévia.

2.7. Os diagnósticos, orientações, recomendações, materiais técnicos, modelos normativos e indicações de soluções disponibilizados pelo Programa possuem caráter orientativo, cabendo ao Município avaliar a conveniência e a oportunidade de sua utilização, implementação ou adequação à realidade local.

2.8. As ações serão desenvolvidas de forma colaborativa entre a SEDE e o Município, observadas as atribuições de cada partícipe, as disposições do Edital de Chamamento Público, do Acordo de Cooperação Técnica e deste Plano de Trabalho.

### 3. DOS INSTRUMENTOS DISPONIBILIZADOS PELO PROGRAMA

**3.1.** No Município de XXXXX/MG, o Programa "Cidades do Futuro" poderá

disponibilizar os instrumentos relacionados a seguir, observadas as necessidades identificadas no Município e a disponibilidade técnica e institucional da SEDE e de seus parceiros:

- a ) **Diagnóstico de Maturidade Tecnológica:** relatório técnico personalizado, priorização de indicadores e mapa de oportunidades;
- b ) **Apoio Normativo:** modelos referenciais de leis e decretos, cabendo ao Município a análise e a adequação desses modelos à sua realidade jurídica e institucional, bem como sua eventual aprovação e implementação;
- c) **Materiais Técnicos:** Elaboração e disponibilização de materiais, orientações e instrumentos de apoio para subsidiar a implementação de ações de inovação, transformação digital e modernização da gestão pública.
- d) **Capacitações:** cursos, oficinas, webinars e treinamentos sob demanda;
- e ) **Testes Tecnológicos:** disponibilização de soluções tecnológicas, em parceria com empresas, instituições e demais atores do ecossistema de inovação, visando avaliar a aplicabilidade, aderência e potencial impacto das soluções nas necessidades identificadas pelo município;
- f ) **Apoio técnico:** reuniões técnicas, apoio institucional e acompanhamento de projetos.

#### 4. DA PROPOSTA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

| CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <b>Título do Programa:</b> Cidades do Futuro                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |  |
| <b>Fundamentação Legal:</b> Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, alterada pela Lei Federal nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016; Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021; Lei Estadual nº 17.348, de 17 de janeiro de 2008; Lei Estadual nº 24.313, de 28 de abril de 2023; Decreto Estadual nº 47.442, de 4 de julho de 2018; e Decreto Estadual nº 48.678, de 30 de agosto de 2023, especialmente seus arts. 2º e 12.                                                                                                                   |  |
| <b>Objetivos:</b> Elevar a maturidade tecnológica dos municípios; ampliar a digitalização dos serviços públicos; disponibilizar testes de soluções tecnológicas, fortalecer a capacidade institucional das prefeituras; estimular a inovação e a melhoria dos serviços públicos;                                                                                                                                                                                                                                                                           |  |
| <b>Justificativa:</b> O Programa "Cidades do Futuro" constitui peça fundamental na estratégia de inovação e desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, funcionando como uma plataforma permanente de apoio técnico e tecnológico. Seu propósito é elevar a maturidade tecnológica dos municípios, fortalecer suas capacidades institucionais e estimular a inovação, permitindo que cada município utilize os instrumentos disponíveis de acordo com sua realidade e prioridades, em benefício da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. |  |
| <b>Pessoas Beneficiadas:</b> Cidadãos de [NOME DO MUNICÍPIO].                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |  |

| Nº | FASE            | ETAPA                  | AÇÃO                                                                                                                | PRAZO                        |
|----|-----------------|------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|
| 1  | Pré-operacional | Formalização da adesão | Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica e indicação dos servidores responsáveis pelo acompanhamento do Programa. | Na data de assinatura do ACT |

|   |                 |                                                  |                                                                                                                                                                            |                                                                             |
|---|-----------------|--------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|
| 2 | Pré-operacional | Apresentação inicial do Programa                 | Realização de reunião de kick-off para apresentação da metodologia, das fases, dos instrumentos, dos canais de atendimento e dos próximos passos.                          | Até 30 dias após a assinatura do ACT                                        |
| 3 | Pré-operacional | Solenidade de adesão e Aula Magna, quando houver | Realização de evento institucional e/ou atividade de alinhamento de conceitos, mediante interesse do Município e disponibilidade da SEDE e de seus parceiros.              | Conforme pactuação entre os partícipes                                      |
| 4 | Operacional     | Diagnóstico de Maturidade Tecnológica            | Preenchimento do formulário pelo Município, análise das informações pela SEDE, elaboração e apresentação do Diagnóstico de Maturidade Tecnológica.                         | Até 30 dias após o recebimento completo das informações municipais          |
| 5 | Operacional     | Disponibilização de instrumentos                 | Disponibilização e utilização dos instrumentos selecionados, incluindo soluções tecnológicas, apoio normativo, materiais técnicos.                                         | Durante a vigência do ACT, conforme planejamento, demanda e disponibilidade |
| 6 | Operacional     | Disponibilização de capacitações                 | Identificação, organização e divulgação de cursos, oficinas, webinars, conteúdos técnicos e demais oportunidades disponibilizadas pela SEDE ou por instituições parceiras. | Periodicamente, durante a vigência do ACT                                   |
| 7 | Operacional     | Apoio técnico e institucional                    | Realização de orientações, reuniões técnicas, articulações com parceiros e acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito do Programa.                                   | Contínuo, durante a vigência do ACT                                         |

|   |            |                                           |                                                                                                                                     |                                                  |
|---|------------|-------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|
| 8 | Mensuração | Acompanhamento e avaliação dos resultados | Registro das ações executadas e acompanhamento dos resultados relacionados aos instrumentos e pilares utilizados pelo Município.    | Contínuo, a partir do início da fase operacional |
| 9 | Mensuração | Relatório final                           | Consolidação das ações executadas, dos resultados identificados e das informações necessárias ao encerramento do Plano de Trabalho. | Até o término da vigência do ACT                 |

4.1. Os prazos indicados neste cronograma possuem caráter referencial e poderão ser ajustados mediante acordo entre os partícipes, considerando a natureza de cada ação, as prioridades do Município, a disponibilidade técnica, operacional e institucional da SEDE e de seus parceiros e o período de vigência do Acordo de Cooperação Técnica.

4.2. As fases do Programa observarão a sequência geral estabelecida neste Plano de Trabalho, sem prejuízo da execução concomitante ou flexível das ações e dos instrumentos integrantes da fase operacional.

4.3. A implementação dos instrumentos será registrada e considerada para fins de acompanhamento e mensuração dos resultados, respeitada a natureza orientativa das recomendações e a competência do Município para decidir sobre sua adoção.

4.4. Constituem metas da parceria, a serem acompanhadas e aferidas na fase de mensuração, observados os instrumentos e as ações efetivamente selecionados pelo Município:

- a) formalização da adesão, com indicação dos servidores responsáveis, e realização da apresentação inicial do Programa;
- b) elaboração e apresentação do Diagnóstico de Maturidade Tecnológica, quando selecionado pelo Município;
- c) definição e registro das prioridades municipais para o período de vigência do Acordo de Cooperação Técnica;
- d) disponibilização e utilização dos instrumentos selecionados pelo Município, observada a disponibilidade da SEDE e de seus parceiros;
- e) participação de servidores municipais em ações de capacitação pertinentes às prioridades definidas; e
- f) consolidação das ações executadas e dos resultados identificados no relatório final.

## **5. DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA**

5.1. A execução do Programa “Cidades do Futuro” observará as fases pré-operacional, operacional e de mensuração, conforme previsto no Edital de Chamamento Público, sem prejuízo da execução flexível, concomitante ou sucessiva dos pilares, instrumentos e ações integrantes da fase operacional.

5.2. Caberá ao Município selecionar e priorizar os pilares, instrumentos e ações que considerar adequados às suas necessidades, particularidades locais e capacidade institucional, observadas as disposições deste Plano de Trabalho e a disponibilidade técnica, operacional e institucional da SEDE e de seus parceiros.

5.3. As prioridades definidas pelo Município poderão ser revistas durante a vigência

do Acordo de Cooperação Técnica, considerando a evolução das necessidades locais, os resultados do Diagnóstico de Maturidade Tecnológica e as novas oportunidades disponibilizadas pelo Programa.

5.4. A utilização de determinado instrumento não dependerá necessariamente da conclusão dos demais, salvo quando houver relação técnica, administrativa ou operacional que justifique a execução prévia de determinada atividade.

5.5. O Diagnóstico de Maturidade Tecnológica constitui instrumento de orientação e apoio à tomada de decisão, não implicando obrigatoriedade de implementação das recomendações apresentadas.

5.6. Os diagnósticos, recomendações, indicações de soluções, materiais técnicos, modelos normativos, guias e demais instrumentos disponibilizados pelo Programa possuem caráter orientativo, cabendo ao Município avaliar sua conveniência, oportunidade, viabilidade e adequação à realidade local.

5.7. Das responsabilidades dos partícipes

a) Cabe à SEDE:

I – elaborar e apresentar o Diagnóstico de Maturidade Tecnológica, com base nas informações disponibilizadas pelo Município;

II – identificar e disponibilizar, conforme sua capacidade e a disponibilidade de parceiros, soluções tecnológicas, serviços, materiais técnicos, guias, referências e instrumentos normativos relacionados aos objetivos do Programa;

III – identificar, organizar e divulgar cursos, oficinas, webinars, treinamentos, conteúdos técnicos e outras oportunidades de capacitação próprias ou disponibilizadas por instituições parceiras;

IV – prestar orientações e apoio técnico e institucional, observadas suas competências e sua disponibilidade;

V – promover articulações com empresas, órgãos públicos, instituições de ensino, centros de pesquisa, entidades e demais parceiros do Programa, quando aplicável; e

VI – registrar e acompanhar os atendimentos, instrumentos disponibilizados e ações executadas no âmbito do Programa.

b) Cabe ao Município:

I – designar os servidores responsáveis pelo acompanhamento do Programa, na forma estabelecida no Edital e no Acordo de Cooperação Técnica;

II – fornecer as informações, os documentos e os dados necessários à execução e ao acompanhamento das ações;

III – preencher o formulário destinado à elaboração do Diagnóstico de Maturidade Tecnológica;

IV – definir e atualizar suas prioridades, bem como selecionar os pilares, instrumentos e ações de seu interesse;

V – analisar a conveniência, a oportunidade e a viabilidade da utilização dos instrumentos disponibilizados;

VI – mobilizar e possibilitar a participação dos servidores municipais nas capacitações consideradas pertinentes;

VII – realizar os procedimentos administrativos, técnicos, jurídicos, legislativos, orçamentários e institucionais de sua competência; e

VIII – disponibilizar à SEDE, quando solicitado, informações sobre a execução das ações e os resultados identificados.

5.8. A realização de Aula Magna, solenidade de adesão, cerimônia pública de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica ou de outros eventos institucionais possui caráter facultativo, podendo ocorrer mediante manifestação de interesse do Município e disponibilidade da SEDE e de seus parceiros, não constituindo condição obrigatória para o início das demais ações do Programa.

5.9. O Município poderá solicitar, durante a fase operacional e ao longo da vigência do Acordo de Cooperação Técnica, acesso aos instrumentos, serviços, orientações, reuniões técnicas e soluções disponibilizados pelo Programa, observadas a natureza da demanda, as atribuições dos partícipes e a disponibilidade da SEDE e de seus parceiros.

5.10. As oportunidades de capacitação serão identificadas, organizadas e divulgadas periodicamente pela SEDE, podendo decorrer de oferta própria ou de instituições parceiras. Caberá ao Município selecionar as ações de seu interesse e promover a participação de seus servidores, observados os critérios, as vagas e as condições estabelecidas para cada atividade.

5.11. A eventual decisão do Município de não implementar pilar ou ação anteriormente selecionada deverá ser comunicada e justificada durante o acompanhamento do Acordo de Cooperação Técnica, nos termos do Edital.

## 6. DAS FASES E ETAPAS DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

A execução do Programa “Cidades do Futuro” observará as fases pré-operacional, operacional e de mensuração, conforme as ações, responsabilidades e condições estabelecidas a seguir.

### 6.1. FASE PRÉ-OPERACIONAL

#### I – ADESÃO E APRESENTAÇÃO INICIAL DO PROGRAMA

| PASSO | AÇÃO                                                                                                                                                                                                                                       | RESPONSÁVEL(EIS) |
|-------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| 1º    | Formalização da adesão ao Programa “Cidades do Futuro”, mediante assinatura do Acordo de Cooperação Técnica – ACT e indicação dos servidores responsáveis pelo acompanhamento das ações, observados os requisitos estabelecidos no Edital. | Município e SEDE |
| 2º    | Realização de reunião de kick-off para apresentação da metodologia de execução, das fases do Programa, dos instrumentos disponibilizados, dos canais de atendimento e dos próximos passos.                                                 | Município e SEDE |
| 3º    | Realização de solenidade de adesão, Aula Magna ou outro evento institucional, quando houver manifestação de interesse do Município e disponibilidade da SEDE e de seus parceiros.                                                          | Município e SEDE |

6.1.1. A realização de solenidade de adesão, Aula Magna ou outro evento institucional possui caráter facultativo e não constitui condição obrigatória para o início da fase operacional do Programa.

6.1.2. A apresentação inicial da metodologia poderá ocorrer por meio de reunião de kick-off, Aula Magna, reunião técnica, atividade presencial ou virtual ou outro formato definido pela SEDE.

### 6.2. FASE OPERACIONAL

A fase operacional compreenderá a execução dos pilares, instrumentos e ações previstos neste Plano de Trabalho, conforme as prioridades do Município e a disponibilidade técnica, operacional e institucional da SEDE e de seus parceiros.

#### 6.2.1. DIAGNÓSTICO DE MATURIDADE TECNOLÓGICA E DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES MUNICIPAIS

| PASSO | AÇÃO | RESPONSÁVEL(EIS) |
|-------|------|------------------|
|-------|------|------------------|

| <b>PASSO</b> | <b>AÇÃO</b>                                                                                                                                                                                         | <b>RESPONSÁVEL(EIS)</b> |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| 1º           | Preenchimento, pelo Município, do formulário eletrônico contendo as informações necessárias à avaliação da maturidade tecnológica municipal.                                                        | Município               |
| 2º           | Análise das informações, dados e indicadores disponibilizados pelo Município.                                                                                                                       | SEDE                    |
| 3º           | Elaboração do Diagnóstico de Maturidade Tecnológica, contendo a análise dos indicadores, a identificação de oportunidades de melhoria e recomendações para o desenvolvimento tecnológico municipal. | SEDE                    |
| 4º           | Apresentação técnica do Diagnóstico de Maturidade Tecnológica ao Município e esclarecimento das recomendações e oportunidades identificadas.                                                        | Município e SEDE        |
| 5º           | Definição ou atualização, pelo Município, das ações, instrumentos e áreas consideradas prioritárias para utilização no âmbito do Programa.                                                          | Município               |
| 6º           | Registro das prioridades municipais e das possibilidades de apoio identificadas para o período de vigência do Acordo de Cooperação Técnica.                                                         | Município e SEDE        |

6.2.1.1. O Diagnóstico de Maturidade Tecnológica constitui instrumento de orientação e apoio à tomada de decisão, não implicando obrigatoriedade de implementação das recomendações apresentadas.

6.2.1.2. As prioridades definidas com base no Diagnóstico poderão ser revistas durante a vigência do Acordo de Cooperação Técnica, considerando a evolução das necessidades, projetos e capacidades institucionais do Município.

6.2.1.3. A realização do Diagnóstico não impede que o Município solicite ou utilize outros instrumentos do Programa antes de sua conclusão, salvo quando houver dependência técnica ou operacional que justifique a execução prévia de determinada atividade.

#### 6.2.2. DISPONIBILIZAÇÃO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E SERVIÇOS DE APOIO À INOVAÇÃO E À TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

| <b>PASSO</b> | <b>AÇÃO</b>                                                                                                                                                                              | <b>RESPONSÁVEL(EIS)</b> |
|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| 1º           | Identificação de oportunidades de melhoria e demandas tecnológicas do Município, a partir do Diagnóstico de Maturidade Tecnológica ou de solicitação apresentada pelo próprio Município. | Município e SEDE        |
| 2º           | Indicação de soluções tecnológicas, serviços e GovTechs aderentes às necessidades, aos desafios e às prioridades identificadas.                                                          | SEDE                    |

| PASSO | AÇÃO                                                                                                                                                                               | RESPONSÁVEL(EIS)     |
|-------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| 3º    | Solicitação de apresentação, demonstração, reunião técnica, teste tecnológico, resgate de solução ou outra forma de aproximação com empresas e instituições parceiras do programa. | Município            |
| 4º    | Articulação entre o Município e as empresas ou instituições parceiras responsáveis pelas soluções tecnológicas.                                                                    | SEDE                 |
| 5º    | Elaboração, pelo parceiro, de cronograma de execução do teste da solução, com etapas e indicadores de acompanhamento.                                                              | Parceiro             |
| 6º    | Realização do teste da solução tecnológica, após a formalização do instrumento próprio de que trata o item 6.2.2.6, observados os termos e condições nele estabelecidos.           | Município e parceiro |
| 7º    | Acompanhamento do teste da solução tecnológica e coleta de informações sobre os resultados alcançados.                                                                             | Município e SEDE     |

6.2.2.1. O Município poderá solicitar acesso às soluções tecnológicas disponíveis no âmbito do Programa durante a fase operacional e ao longo da vigência do Acordo de Cooperação Técnica.

6.2.2.2. A disponibilização de soluções, testes tecnológicos, reuniões com empresas e demais ações observará a disponibilidade da SEDE, dos parceiros e das soluções integrantes do Programa.

6.2.2.3. A indicação de solução tecnológica possui caráter orientativo, cabendo ao Município avaliar a conveniência, a oportunidade e a viabilidade de sua utilização, implementação ou contratação.

6.2.2.4. O Acordo de Cooperação Técnica não substitui a formalização de outros instrumentos eventualmente necessários à utilização, implementação ou contratação das soluções tecnológicas.

6.2.2.5. Os testes de soluções tecnológicas possuem caráter exclusivamente temporário e experimental, destinando-se à avaliação técnica, operacional e funcional das soluções apresentadas. Sua realização **não substitui, dispensa ou afasta a necessidade de procedimento licitatório ou de outro procedimento de contratação legalmente aplicável**, quando exigido pela legislação vigente, nem gera direito de preferência, exclusividade ou expectativa de contratação futura em favor dos participantes. A realização dos testes deverá observar, ainda, cautelas destinadas a evitar dependência tecnológica ou situações que possam comprometer futura competição.

6.2.2.6. Cada teste, resgate ou disponibilização de solução tecnológica será formalizado individualmente, mediante instrumento próprio vinculado ao Acordo de Cooperação Técnica, firmado pela SEDE, pelo Município e pelo parceiro responsável, contendo, conforme aplicável, a identificação da solução, o período de utilização gratuita, as funcionalidades abrangidas, as responsabilidades dos envolvidos, as obrigações relacionadas à proteção de dados pessoais e à segurança da informação, as condições de encerramento e a expressa ausência de obrigação de contratação futura.

### 6.2.3. FORNECIMENTO DE INSTRUMENTOS NORMATIVOS E APOIO AO AMBIENTE MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

| <b>PASSO</b> | <b>AÇÃO</b>                                                                                                                                                                            | <b>RESPONSÁVEL(EIS)</b> |
|--------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| 1º           | Disponibilização do Guia de Normativos do Programa “Cidades do Futuro”, contendo orientações e referências relacionadas à inovação, à transformação digital e às cidades inteligentes. | SEDE                    |
| 2º           | Definição das prioridades normativas a serem avaliadas no âmbito municipal.                                                                                                            | Município               |
| 3º           | Disponibilização de modelos de leis, decretos, regulamentos, minutas e demais instrumentos normativos existentes no âmbito do Programa.                                                | SEDE                    |
| 4º           | Análise e adequação dos modelos e referências às competências legais, à estrutura administrativa e às necessidades específicas do Município.                                           | Município               |
| 5º           | Realização dos procedimentos administrativos, jurídicos, legislativos e institucionais necessários à eventual aprovação e publicação dos instrumentos normativos.                      | Município               |
| 6º           | Prestação de orientações e apoio técnico às iniciativas normativas municipais, quando solicitado e conforme disponibilidade da SEDE.                                                   | SEDE                    |
| 7º           | Registro e acompanhamento da análise, adequação ou adoção dos instrumentos disponibilizados.                                                                                           | Município e SEDE        |

6.2.3.1. Os modelos e instrumentos normativos disponibilizados pelo Programa possuem caráter referencial e deverão ser analisados e adequados pelo Município de acordo com suas competências legais, sua estrutura administrativa e suas necessidades específicas.

6.2.3.2. A disponibilização dos modelos não transfere à SEDE a responsabilidade pela análise jurídica, aprovação, publicação ou aplicação dos atos normativos municipais.

6.2.3.3. O Município poderá solicitar orientações relacionadas aos instrumentos normativos durante a fase operacional, observadas a disponibilidade e as atribuições da SEDE.

#### 6.2.4. DISPONIBILIZAÇÃO DE MATERIAIS TÉCNICOS E APOIO ÀS INICIATIVAS DE CIDADES INTELIGENTES

| <b>PASSO</b> | <b>AÇÃO</b>                                                                                                                                                                                                                  | <b>RESPONSÁVEL(EIS)</b> |
|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| 1º           | Elaboração, identificação e disponibilização de materiais técnicos, orientações, guias e instrumentos de apoio relacionados à inovação, à transformação digital, à modernização da gestão pública e às cidades inteligentes. | SEDE                    |

| <b>PASSO</b> | <b>AÇÃO</b>                                                                                                                                                        | <b>RESPONSÁVEL(EIS)</b> |
|--------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| 2º           | Identificação de projetos, serviços públicos, infraestruturas ou desafios municipais relacionados ao desenvolvimento de cidades inteligentes.                      | Município               |
| 3º           | Articulação com órgãos públicos, instituições, entidades e parceiros que possam contribuir para o desenvolvimento das iniciativas, quando aplicável.               | SEDE                    |
| 4º           | Realização dos procedimentos administrativos, técnicos, jurídicos, econômicos e institucionais necessários à estruturação e à eventual implementação dos projetos. | Município               |
| 5º           | Acompanhamento técnico e institucional das iniciativas, conforme as demandas apresentadas pelo Município e a disponibilidade da SEDE e de seus parceiros.          | Município e SEDE        |

**6.2.4.1.** Os materiais técnicos disponibilizados pelo Programa possuem caráter orientativo e não substituem os estudos, análises, pareceres, autorizações e demais procedimentos exigidos pela legislação aplicável.

**6.2.4.2.** Os materiais relacionados a parcerias público-privadas, concessões e outros arranjos de cooperação destinam-se ao apoio inicial e à disseminação de referências, não caracterizando a estruturação integral do projeto pela SEDE.

**6.2.4.3.** Caberá ao Município decidir sobre o desenvolvimento das iniciativas e realizar os procedimentos administrativos, técnicos, jurídicos e institucionais necessários.

#### 6.2.5. DISPONIBILIZAÇÃO DE CAPACITAÇÕES E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES INSTITUCIONAIS

| <b>PASSO</b> | <b>AÇÃO</b>                                                                                                                                                                             | <b>RESPONSÁVEL(EIS)</b> |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| 1º           | Identificação e seleção de cursos, oficinas, webinars, treinamentos, conteúdos técnicos e demais oportunidades de capacitação disponibilizados pela SEDE ou por instituições parceiras. | SEDE                    |
| 2º           | Organização e divulgação periódica das oportunidades de capacitação aos municípios participantes do Programa.                                                                           | SEDE                    |
| 3º           | Identificação, pelo Município, das ações de capacitação de seu interesse, conforme suas prioridades e necessidades institucionais.                                                      | Município               |
| 4º           | Mobilização e participação dos servidores municipais nas ações selecionadas, observados os critérios, as vagas e as condições estabelecidas pelos responsáveis pela capacitação.        | Município               |
| 5º           | Compartilhamento de novos cursos, conteúdos e oportunidades de desenvolvimento institucional durante a vigência do Acordo de Cooperação Técnica.                                        | SEDE                    |

| <b>PASSO</b> | <b>AÇÃO</b>                                                                                            | <b>RESPONSÁVEL(EIS)</b> |
|--------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| 6º           | Registro e acompanhamento da participação dos municípios, quando as informações estiverem disponíveis. | Município e SEDE        |

6.2.5.1. As ações de capacitação serão disponibilizadas e divulgadas de forma geral aos municípios participantes, não implicando a obrigação de realização de capacitações individualizadas ou exclusivas para cada Município.

6.2.5.2. Caberá ao Município avaliar as oportunidades disponíveis e definir aquelas que sejam adequadas às suas prioridades e necessidades institucionais.

6.2.5.3. A realização e a participação nas capacitações observarão a disponibilidade da SEDE, das instituições parceiras, de vagas e das demais condições estabelecidas pelos responsáveis por cada atividade.

#### 6.2.6. DISPOSIÇÕES GERAIS DA FASE OPERACIONAL

6.2.6.1. Sem prejuízo da sequência geral das fases do Programa, os pilares, instrumentos e ações integrantes da fase operacional poderão ser executados de forma flexível, concomitante ou sucessiva, conforme sua natureza e as condições de execução.

6.2.6.2. Caberá ao Município selecionar e priorizar os pilares e instrumentos que considerar adequados às suas necessidades, particularidades locais e capacidade institucional.

6.2.6.3. A utilização de determinado instrumento não dependerá necessariamente da conclusão dos demais, salvo quando houver relação técnica, administrativa ou operacional que justifique sua execução prévia.

6.2.6.4. A execução das ações observará a disponibilidade técnica, operacional e institucional da SEDE, de seus parceiros e dos instrumentos integrantes do Programa.

#### 6.3. FASE DE MENSURAÇÃO

### I – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

| <b>PASSO</b> | <b>AÇÃO</b>                                                                                                                                              | <b>RESPONSÁVEL(EIS)</b> |
|--------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| 1º           | Registro dos atendimentos, instrumentos disponibilizados, ações executadas e participação do Município nas atividades do Programa.                       | SEDE                    |
| 2º           | Disponibilização, pelo Município, das informações necessárias ao acompanhamento dos resultados, quando solicitadas pela SEDE.                            | Município               |
| 3º           | Acompanhamento dos resultados relacionados às soluções tecnológicas, iniciativas normativas, capacitações, materiais técnicos e demais ações executadas. | Município e SEDE        |
| 4º           | Avaliação das ações desenvolvidas e identificação de avanços, dificuldades e oportunidades de continuidade.                                              | Município e SEDE        |

| PASSO | AÇÃO                                                                                                       | RESPONSÁVEL(EIS) |
|-------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| 5º    | Consolidação das informações para fins de acompanhamento periódico e relatório final do Plano de Trabalho. | SEDE             |

6.3.1. A fase de mensuração será iniciada após o início da fase operacional e poderá ocorrer concomitantemente à execução das ações do Programa.

6.3.2. A avaliação considerará os pilares, instrumentos e atividades efetivamente executados, não sendo exigida a mensuração de ações que não tenham sido selecionadas ou implementadas pelo Município.

6.3.3. O Município deverá fornecer, quando solicitado, as informações disponíveis e necessárias ao acompanhamento e à avaliação da execução do Plano de Trabalho.

6.3.4. A mensuração dos resultados observará a natureza de cada ação e não implicará garantia de resultado específico pela SEDE, especialmente quando sua obtenção depender de providências, decisões ou investimentos de responsabilidade do Município ou de terceiros.

#### 6.4. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A EXECUÇÃO

6.4.1. A execução do Programa observará a sequência geral das fases pré-operacional, operacional e de mensuração, sem prejuízo da flexibilidade na implementação das ações integrantes da fase operacional.

6.4.2. As ações previstas neste Plano de Trabalho serão executadas durante a vigência do Acordo de Cooperação Técnica, conforme as responsabilidades dos partícipes, as prioridades municipais e a disponibilidade da SEDE e de seus parceiros.

6.4.3. Este Plano de Trabalho poderá ser revisto, mediante concordância dos partícipes, para adequação das ações, prioridades, instrumentos e condições de execução, respeitados o objeto do Acordo de Cooperação Técnica e as disposições do Edital.

Belo Horizonte/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_.

**[NOME DO REPRESENTANTE DA SEDE]**

**[Cargo do Representante]**

**[NOME DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO]**

**[Cargo do Representante]**

26.

#### **ALTERAÇÕES DO ANEXO V DO EDITAL**

**Onde se lê:**

I - Disponibilização de serviços que apoiam processos de inovação e de digitalização das prefeituras municipais, especialmente por meio de startups e empresas de tecnologia;

II - Pacote normativo voltado a facilitar a aquisição de soluções tecnológicas pelo poder público e estímulo ao ambiente de negócios de inovação do município;

III - Apoio ao desenvolvimento e aumento da maturidade de cidades inteligentes

junto ao município;

IV - Acesso a um diagnóstico do nível de maturidade em inovação do município

**Leia-se:**

I - Apoio nos Processos de Inovação e Digitalização das Prefeituras;

II - Fornecimento de pacote normativo de incentivo à inovação;

III - Apoio ao Desenvolvimento da metodologia de Cidades Inteligentes;

IV - Diagnóstico de Maturidade Tecnológica.

**Mila Batista Leite Corrêa da Costa**

Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico



Documento assinado eletronicamente por **Mila Batista Leite Corrêa da Costa**, **Secretário (a) de Estado**, em 23/10/2026, às 19:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **151058182** e o código CRC **FFD08816**.

Diretoria de Inovação Aberta e Empreendedorismo Tecnológico - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Rodovia Papa João Paulo II, 4001 - Prédio Gerais, 8º Andar - Bairro Serra Verde - CEP 31630-901 - Belo Horizonte - MG

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1220.01.0002466/2023-87

SEI nº 151058182